A Educação Especial no Brasil até 1950

AULA 3

Meta da aula

Apresentar as principais iniciativas, na área educacional, para as pessoas deficientes no Brasil até a metade do século passado.

objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a evolução da Educação Especial (EE) no Brasil;
2. reconhecer a origem e o objetivo das iniciativas educacionais na área de EE;
3. identificar os principais marcos da EE no Brasil até 1950.

INTRODUÇÃO

No final do século XIX, o retrato da educação no país era desolador. O altíssimo índice de analfabetismo e a escassez de escolas para as classes populares dificultavam qualquer iniciativa para a escolarização das pessoas com necessidades especiais.

Na área jurídica, a primeira Constituição do Brasil (1824) privava o incapacitado físico ou moral do direito político, muito embora previsse a instrução primária e gratuita para todos. Antes mesmo de qualquer esforço para o atendimento aos deficientes, a sociedade já se protegia do adulto deficiente.

A organização de serviços para os deficientes cegos, mentais, surdos ou físicos começou ainda no século XIX. Alguns brasileiros, inspirados na experiência de educadores da Europa e dos Estados Unidos, e por iniciativa própria, uma vez que as iniciativas oficiais eram mínimas, começaram a ter interesse pelo atendimento dos deficientes.

A evolução na forma de atender às diferentes necessidades especiais e a inclusão dessa educação – dos excepcionais, deficientes – na política educacional brasileira ocorreram mais ou menos de forma simultânea, por volta de 1950, observadas as suas peculiaridades.

José Álvares de Azevedo (1837-1854)

Brasileiro cego que estudou em Paris e foi o idealizador do Imperial Instituto dos Meninos Cegos no Brasil, atual IBC (SILVA, 1987).

Dr. José F. Xavier Sigaud

Médico e primeiro diretor do Imperial Instituto dos Meninos Cegos no Brasil (SILVA, 1987).

ATENDIMENTO AOS DEFICIENTES VISUAIS

No âmbito da deficiência visual, a primeira iniciativa aconteceu em 1854, quando D. Pedro II fundou, na cidade do Rio de Janeiro, por meio do Decreto Imperial nº 1.428, o chamado Imperial Instituto dos Meninos Cegos.

A criação desse instituto, segundo Mazzotta (1999), deveu-se a **José Álvares de Azevedo**, um cego brasileiro que estudara no Instituto de Jovens Cegos de Paris, fundado por Valentin Haüy no século XVIII. Ele teve muito sucesso na educação de Adélia Sigaud, filha do **Dr. José F. Xavier Sigaud**, médico da família imperial.

O ministro do Império na época, conselheiro Couto Ferraz, atento e interessado no trabalho de José Álvares de Azevedo e, devido à proximidade e influência que exercia junto a D. Pedro II, sensibilizou o monarca para a necessidade da criação do instituto, que foi inaugurado em 17 de setembro de 1854. Seu primeiro diretor, nomeado, foi o médico Dr. Xavier Sigaud.

O instituto permaneceu com o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos durante 36 anos. Em 1890, no governo republicano, o nome foi trocado para Instituto Nacional dos Cegos. Em 1891, a escola recebeu a denominação Instituto Benjamin Constant (IBC), em homenagem ao ilustre e atuante professor de Matemática Benjamin Constant Botelho de Magalhães, que foi diretor da instituição (MAZZOTTA, 1999).

As primeiras **REGLETES, PUNÇÕES**, chapas para escrita e os primeiros livros de pontos combinados em relevo, chamados de escrita pelo método Braille, chegaram ao Brasil em 1856 e foram uma doação pessoal do imperador ao novo instituto (SILVA, 1987).

O sistema Braille pode ser escrito com dois tipos de equipamentos: Conjunto manual de reglete e punção e com a máquina de datilografia em Braille, da marca Perkins (SILVA, 1987).

O sistema Braille garantia 96 símbolos para letras comuns e acentuadas, números, pontuação, entre outros. A França só adotou o novo sistema em 1854, dois anos após a morte de Braille.

REGLETE é um instrumento utilizado para produzir, em papel especial, a escrita em Braille.

PUNÇÃO é um pequeno estilete para a impressão, em papel especial, dos pontos que representam os símbolos em Braille.

!

Em 1872, apesar de a população de cegos girar em torno de 16.000 e a de surdos em torno de 12.000, o Instituto Benjamin Constant e o Instituto Nacional de Educação de Surdos tinham poucos alunos matriculados: 35 no IBC e 17 no INES.
No entanto, a iniciativa de criação dessas instituições possibilitou a ampliação da oferta de atendimento a esses deficientes, em todos os anos subsequentes.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

Situado no bairro da Urca, na cidade do Rio de Janeiro, é uma referência para o atendimento de cegos – crianças e adultos – no Brasil.

Em 1942, o **INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT** editou em **BRAILLE** a *Revista Brasileira para Cegos*, primeira do gênero no país. Em 1943, instalou a imprensa Braille para atender, inicialmente, aos alunos do instituto. Seis anos mais tarde, esta imprensa passou também a distribuir, gratuitamente, livros às pessoas cegas (MAZZOTTA, 1999).

LOUIS BRAILLE (1809-1852)

Jovem professor francês cego aos três anos de idade, quando começou a frequentar o Institute Nationale des Jeunes Aveugles, em Paris. No instituto, encontrou vários livros com caracteres em relevo que quase não eram usados pelos alunos, devido à dificuldade em manuseá-los. Curioso, entrou em contato com o autor desse trabalho, Barbier, oficial da Marinha francesa que inventou um código em 1819, a partir de pontos, para que possibilitasse a comunicação noturna em campo de batalha. A partir daí, Braille, em 1824, desenvolve o sistema de pontos que recebeu seu nome. Esse sistema de pontos em relevo poderia ser lido, e também reproduzido, com facilidade pelos cegos. Foi professor do instituto e lá morou durante toda a vida (JANNUZZI, 2004).

Atualmente, a imprensa Braille do IBC produz impressos, livros didáticos e técnicos, suprindo diversas escolas e entidades em todo o país.
Desde 1998, com as atuais necessidades da sociedade, a Fundação de Apoio ao IBC imprime também cardápios, calendários, cédulas eleitorais, instruções de produtos e serviços em Braille.

Em 1946, uma portaria ministerial equipara o curso ginasial mantido pelo IBC ao ginásio comum, dando início ao ensino integrado para cegos. Em 1947, o instituto, juntamente com a Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro, realizou o primeiro curso de especialização de professores na didática para cegos. No período compreendido entre 1951 e 1973, o curso foi realizado em convênio com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP).

Para conhecer mais sobre o IBC, acesse o *site* www.ibc.gov.br.
Para conhecer um pouco mais sobre o INES, acesse o *site* www.ines.gov.br.

Outra instituição importante, no mesmo período, foi o Instituto de Cegos Padre Chico. Fundado em 1928, na cidade de São Paulo, atendia, em uma escola residencial, crianças em idade escolar. O instituto, além de prestar serviços de assistência médica, dentária e alimentar, oferecia vários cursos, funcionando em regime de internato, semi-internato e externato.

Um acontecimento que marcou época foi a instalação, em São Paulo, da Fundação para o Livro do Cego no Brasil (FLCB), em março de 1946. O objetivo inicial desse órgão era produzir e distribuir livros impressos em Braille. Depois, suas atividades foram ampliadas, passando a atuar na educação, na reabilitação e no bem-estar social das pessoas cegas e portadoras de visão subnormal – atualmente chamadas de pessoas cegas e pessoas com baixa visão.

A FLCB, que inicialmente era uma organização particular e sem fins lucrativos, foi declarada, em 1957, como de utilidade pública federal; em 1960, foi declarada como de utilidade pública municipal e, finalmente, em 1967, como de utilidade pública estadual, com a finalidade de

integrar o deficiente visual na comunidade, como pessoa autossuficiente e produtiva, utilizando recursos públicos federais, estaduais e municipais, além de doações. Em 1990, passou a se chamar Fundação Dorina Nowill para Cegos.

ATENDIMENTO AOS DEFICIENTES AUDITIVOS

D. Pedro II, três anos após a criação do IBC, fundou, também no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos.

A iniciativa para a criação desse instituto coube a **Ernesto Hüet** e seu irmão que, recebido pelo imperador D. Pedro II, por influência do marquês de Abrantes, obteve apoio para a ideia de fundar uma escola para surdos-mudos – atualmente chamados de pessoas surdas – no país.

Ernesto Hüet

Cidadão francês, professor e diretor do Instituto de Bourges, Hüet chegou ao Brasil no ano de 1855.

Esta escola começou a funcionar atendendo dois alunos e, em 1957, cem anos depois de sua fundação, passou a chamar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Desde o início, o INES caracterizou-se como um estabelecimento educacional voltado para a educação literária e o ensino profissionalizante de meninos "surdos-mudos" de 7 a 14 anos de idade (MAZZOTTA, 1999).

Tanto no IBC quanto no INES foram instaladas oficinas para a aprendizagem de ofícios. No primeiro, eram oferecidos cursos de tipografia e encadernação para os meninos e tricô para as meninas. No segundo, sapataria e encadernação, pautação e douração.

Em 1882, o imperador fez uma importante convocação para se discutir a educação das pessoas com deficiência, no primeiro Congresso de Instrução Pública, que aconteceria no ano seguinte. É interessante mencionar a preocupação, já nessa época, com a Educação Especial e destacar, inclusive, o tema "Sugestão de Currículo e Formação de Professores para Cegos e Surdos" como um dos assuntos em pauta no Congresso.

Em 1929, foi fundado, em Campinas, o Instituto Santa Terezinha por iniciativa de duas freiras brasileiras que foram a Paris para se especializar no ensino de crianças surdas. Em 1933, o instituto foi transferido para a cidade de São Paulo e, até 1970, funcionou em regime de internato para meninas com deficiência auditiva. A partir dessa data, passou ao regime de externato para meninas e meninos, dando início ao trabalho de integração de alunos deficientes auditivos no ensino regular.

É importante observar que a palavra "integração" foi usada durante muito tempo para fazer referência ao processo de escolarização das pessoas com deficiência junto com os demais alunos, em escolas regulares.

O Instituto Santa Terezinha foi reconhecido como de utilidade pública federal, estadual e municipal, sendo mantido por uma Congregação de Irmãs, tendo convênios com órgãos federais, estaduais e municipais. Ele é considerado, na área de EE, como uma instituição especializada de elevada conceituação, oferecendo, além do ensino de nível fundamental, atendimento médico, fonoaudiológico, psicológico e social.

Em 1935, foi criada em Belo Horizonte a Escola Estadual Instituto Pestalozzi, especializada em deficientes auditivos e mentais.

Outra escola destinada à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental para deficientes auditivos é a Escola Municipal **Helen Keller**, fundada em 1952 como o primeiro núcleo educacional para crianças surdas. Desde a sua inauguração, a escola teve cinco nomes diferentes, até ser chamada Escola Municipal de Educação Infantil e de Nível Fundamental para Deficientes Auditivos Helen Keller, em 1976. Em 1988, a partir das atividades desenvolvidas por esta escola na rede municipal de São Paulo, foram criadas mais quatro outras escolas de Educação Infantil e de Nível Fundamental para deficientes auditivos.

Outra instituição especializada no ensino de crianças deficientes auditivas é o Instituto Educacional de São Paulo, fundado em 1954. Inicialmente, atendia crianças de três a cinco anos de idade. Em 1962, passou a oferecer o curso ginasial e funcionar em regime de semi-internato. Nesse mesmo ano, o instituto passou a pertencer à Fundação São Paulo, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Desde então, atende crianças com deficiência auditiva, em regime escolar, e crianças e adultos com distúrbios de comunicação, em regime de clínica.

Diante da nova situação administrativa, o instituto ficou subordinado ao Centro de Educação e Reabilitação dos Distúrbios de Comunicação (Cerdic), atualmente com o nome de Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios de Comunicação (Derdic), que é um órgão suplementar da PUC-SP. Além do atendimento que vinha prestando aos deficientes auditivos na área clínica e escolar, o Derdic tornou-se um importante centro educacional especializado em pesquisa e ensino na área de audiocomunicação e fonoaudiologia (MAZZOTTA, 1999).

Hellen Keller

Nasceu em 1880 e com 18 meses ficou cega e surda. Logo depois não conseguiu mais falar. Aos sete anos, começou, a receber a ajuda de Anne Sullivan, e todos os esforços combinados levaram a jovem a ler, a escrever e até a falar (SILVA, 1987).

Segundo os registros, as professoras estaduais, responsáveis pelas classes especiais, permaneceram muitos anos em suas funções. A primeira classe criada teve a mesma professora durante 22 anos. A segunda teve duas professoras (uma durante 16 anos e a outra, por 31 anos). A terceira classe contou com a mesma professora durante 32 anos (MAZZOTTA, 1999).

ATIVIDADE

Atende ao Objetivo 1

1. Quais fatos chamaram mais a sua atenção na aula? Faça um resumo da evolução do sistema educacional no Brasil no que diz respeito à EE e, depois, faça um pequeno comentário.

COMENTÁRIO

Se você disse que a situação da educação no Brasil naquela época era desoladora e que a Constituição de 1824 privava o incapacitado físico ou moral do direito político; se se lembrou, ainda, de que os serviços para deficientes tiveram início no século XIX e que em 1854 D. Pedro II funda o IBC e em 1857 D. Pedro II funda o INES; e se citou também outras iniciativas, como a criação das Pestalozzi, por exemplo, você compreendeu corretamente o conteúdo da aula.

Quanto ao seu comentário, ele tem caráter pessoal, e cada um se detém mais em um aspecto que em outro.

No entanto, se você, para responder à pergunta, não conseguiu sequer listar os pontos mais importantes da aula, sugiro que volte ao texto, desde o início, só que agora com mais atenção.

ATENDIMENTO AOS DEFICIENTES FÍSICOS

Datam de 1931/1932 as primeiras iniciativas com propósitos educacionais especializados no atendimento de deficientes físicos (não-sensoriais), com a criação de uma classe especial na Escola Mista do Pavilhão Fernandinho da Santa Casa de Misericórdia. Mais tarde, em 1948, nesta escola foi criada outra classe especial.

Mais duas classes para deficientes físicos foram instaladas junto ao Pavilhão nos anos de 1950 e 1969.

É importante observar que, segundo Mazzotta (1999), essas classes funcionavam como **CLASSES HOSPITALARES**, ou ainda como modalidade "ensino hospitalar", onde cada professora tinha uma programação de atendimento individualizado aos alunos considerados como pacientes do hospital. Por volta de 1982, funcionavam cerca de dez classes especiais estaduais classificadas administrativamente como escolas isoladas.

CLASSE HOSPITALAR

É o atendimento pedagógico-educacional que ocorre em ambientes de tratamento de saúde, seja na circunstância de internação, como é tradicionalmente conhecida, seja na circunstância do atendimento em hospital-dia e hospital-semana ou em serviços de atenção integral à saúde mental (BRASIL. MEC, 2001).

O Lar-Escola São Francisco é uma importante instituição especializada na reabilitação de deficientes físicos, fundado por Maria Helcida Campos Salgado, em 1943, na cidade de São Paulo. Segundo Mazzotta, a ideia surgiu a partir de uma visita ao Pavilhão Fernandinho. Na ocasião, Maria Helcida soube pelos professores que, ao receberem alta, os pacientes abandonavam o tratamento por ser longo e dispendioso. A própria Maria Helcida, ao trabalhar como voluntária no Abrigo de Menores, observou que várias crianças eram deficientes físicas e necessitavam de unidades especializadas. A maioria era órfã, revoltada e infeliz, sem qualquer perspectiva de futuro. O trabalho com essas crianças teve início em uma classe junto ao Abrigo de Menores, onde elas começaram a receber os cuidados de que necessitavam.

Mais tarde, com o desenvolvimento do trabalho, decidiu-se pela criação de uma entidade. Surgia, então, o Lar para aqueles que nunca tinham tido um e, ao mesmo tempo, uma Escola que pudesse dar a oportunidade para que se tornassem cidadãos úteis e independentes. A nova instituição, regida por um Estatuto, foi registrada no Serviço Social do Estado e se tornou pioneira no Brasil no campo da reabilitação dos incapacitados, sendo reconhecida como de utilidade pública estadual em 1956.

Para conhecer mais sobre o Lar-Escola São Francisco, acesse o *site* www.lesf.org.br

O Lar-Escola São Francisco faz parte da International Society for Rehabilitation of Disabled há mais de 50 anos. Desde o início, tem convênio com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, que mantém sua equipe de professores. A partir de 1964, o convênio com a Universidade Federal de São Paulo – Escola Paulista de Medicina – Unifesp/EPM credenciou o Lar-Escola e o seu Instituto de Reabilitação em nível universitário, que presta centenas de atendimentos diários.

Em 1950, foi fundada pelo Dr. Renato da Costa Bomfin (1901-1976) a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), um dos mais importantes centros de reabilitação do Brasil. Instituição particular especializada no atendimento a deficientes físicos não sensoriais, paralisados cerebrais e pacientes com problemas ortopédicos, trabalha em convênio com órgãos públicos e privados, tanto nacionais como estrangeiros.

A AACD mantém convênio com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo para a prestação de serviços terapêuticos especializados, tais como psicológico, médico, fonaudiológico, fisioterápico e de terapia ocupacional e serviço social. Também oferece alimentação orientada e transporte especial aos alunos. Por este convênio, atende a duas escolas estaduais de nível fundamental, que têm classes especiais para deficientes físicos, além de manter também um convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo e através dele atender a uma escola municipal.

A AACD mantém atualmente um setor escolar que complementa o atendimento a pacientes em reabilitação que estão em idade escolar. Funcionando em regime de externato, semi-internato e internato, a AACD atende crianças e jovens deficientes físicos.

Para conhecer mais sobre a AACD, acesse o *site* www.aacd.org.br.

A Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação – ABBR – foi fundada em 1954 por um grupo de idealistas coordenado por Fernando Lemos e Percy C. Murray, com o objetivo de implantar e desenvolver a reabilitação em nosso país, dentro do conceito definido pela Organização Mundial de Saúde como a aplicação de medidas médicas, sociais, educativas e profissionais, a fim de preparar e readaptar o indivíduo para alcançar a sua integração na sociedade e garantir a sua sobrevivência. É uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos e que atende crianças e adultos com deficiência física.

Quer saber mais sobre a ABBR?
Acesse o *site* www.abbr.org.br

ATENDIMENTO AOS DEFICIENTES MENTAIS

Para os deficientes mentais, são encontradas duas instituições no final do Império. A primeira, especializada, foi criada em 1874 junto ao Hospital Juliano Moreira, em Salvador, sendo chamada, na época, de Hospital Estadual de Salvador. A segunda foi a Escola México, criada em 1887, no Rio de Janeiro, com ensino regular, que atendia também deficientes físicos e visuais.

É importante salientar que são poucas, ou mesmo insuficientes, as informações sobre o tipo de atendimento que se fazia na época. Poderia ser mais um atendimento médico do que educacional, por exemplo.

O interesse da sociedade pelas pessoas com deficiência começou a ser despertado por volta do século XX, quando teve início uma série de publicações de trabalhos técnicos e científicos, em diferentes áreas. Os temas abordados incluíam desde a infância dos deficientes mentais até o tratamento e educação dos alunos anormais – como ainda eram chamados os deficientes.

Comparativamente, até 1920, os deficientes visuais e auditivos tiveram uma pequena vantagem quanto ao número de instituições para o atendimento de suas necessidades. A partir dessa data, ocorreu

um nivelamento e, após 1930, houve um crescimento no número de instituições para atendimento aos deficientes mentais.

Em 1926, foi criado o Instituto Pestalozzi, em Porto Alegre, pelo casal de professores Tiago e Johanna Würth, que introduziram a "Concepção da Ortopedagogia das Escolas Auxiliares". No ano seguinte, este Instituto foi transferido para Canoas como um internato especializado no atendimento de deficientes mentais. Inspirado na concepção da pedagogia social do educador suíço Henrique Pestalozzi, esta escola foi a precursora da expansão de outras instituições semelhantes tanto no Brasil como em outros países da América do Sul.

A Pestalozzi de Minas Gerais foi criada em 1935 e tornou-se realidade graças ao trabalho incansável da professora Helena Antipof. No Rio de Janeiro, também por iniciativa da professora, a instituição foi criada em 1948, com o nome de Sociedade Pestalozzi do Brasil e como instituição particular de caráter filantrópico, destinada ao amparo de crianças e adolescentes deficientes mentais. Ela foi a instituição responsável pela instalação das primeiras Oficinas Pedagógicas. A entidade, apesar da característica assistencial, desenvolvia também um trabalho educacional.

Em São Paulo, a Sociedade Pestalozzi foi fundada em 1952. Naquele tempo, como não havia professoras especializadas para o trabalho com deficientes mentais, a Sociedade passou a oferecer anualmente, até 1959, o curso intensivo de especialização de professores. Ao lado das classes especiais, funcionavam uma oficina pedagógica, uma clínica psicológica para exames e orientação e uma escola de pais.

Até 1950, segundo a literatura, os estabelecimentos de ensino estavam assim distribuídos:

Tabela 3.1: Distribuição dos estabelecimentos de ensino

Escolas	Natureza	Manutenção	Atendimento
40	Ensino regular	Federal (1) Estadual (39)	Deficientes mentais
14	Ensino regular	Federal (1) Estadual (9) Particular (4)	Deficientes mentais e outras deficiências
3	Especializada	Estadual (1) Particular (2)	Deficientes mentais
8	Especializada	Estadual (3) Particular (5)	Outras deficiências

Fonte: Dados segundo Mazzotta (1999).

Em 1954, foi fundada, na cidade do Rio de Janeiro, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), fruto da iniciativa de um grupo de pais com o apoio de um casal norte-americano, Beatrice e George Bemis, membros da National Association for Retarded Children (NARC), organização fundada em 1950 nos Estados Unidos.

A APAE do Rio de Janeiro foi a primeira de muitas APAEs no país. Hoje, a Federação Nacional das APAEs possui muitas entidades associadas.

A APAE de São Paulo, criada em 1961, teve relevância estadual e nacional na educação dos deficientes mentais. É também uma entidade particular, assistencial, de natureza civil e sem fins lucrativos (MENDES apud MAZZOTTA, 1999).

Para saber mais sobre a APAE, acesse o *site* www.apaebrasil.gov.br.

Em 1964, foi instalada a primeira unidade assistencial da APAE de São Paulo, cujo objetivo era dar habilitação profissional a adolescentes deficientes do sexo feminino. Em 1967, foi fundada a Clínica de Diagnóstico e Terapia dos Distúrbios do Desenvolvimento Mental (Clideme), que se transformou no Centro de Habilitação da APAE de São Paulo. Em 1971, a APAE-SP inaugurou a primeira unidade multidisciplinar integrada para assistência a deficientes mentais e para formação de técnicos especializados nessa área, chamada Centro de Habilitação de Excepcionais.

A APAE se apresenta como uma rede de promoção e defesa de direitos das pessoas com deficiência mental e múltipla. A APAE atualmente atende cerca de 250 mil pessoas com deficiências, organizadas em mais de 2.000 unidades em todo o território nacional.

A Federação Nacional das APAEs (Fenapaes) é uma organização social, sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública federal e certificada como beneficente de assistência cultural, assistencial e educacional que congrega filiais e outras entidades que compõem a rede Apae.

É importante destacar que a Educação Especial se institucionalizou no Brasil em termos de centralização e planejamento, com os planos setoriais de educação na década de 1970. A fundação do Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), em 1973, é o principal marco desse período. Foi nessa época, também, que começaram a implantação da maioria dos subsistemas estaduais de Educação Especial e a expansão da área junto ao ensino regular (FERREIRA, 1992).

!

As instituições para deficientes mais conhecidas no Brasil são, além do Instituto Benjamin Constant e do Instituto Nacional de Educação de Surdos, as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), as sociedades Pestalozzis, a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD) e o Lar-Escola São Francisco.

CONCLUSÃO

O atendimento aos deficientes visuais, auditivos, físicos e mentais teve significativo avanço a partir da criação de instituições especializadas, principalmente depois de 1850.

ATIVIDADE FINAL

Atende aos Objetivos 2 e 3

Quais as principais instituições criadas para o atendimento dos deficientes físicos, visuais, mentais e auditivos? Faça o exercício por área de deficiência e mencione as datas em que isso ocorreu.

_____

_____

COMENTÁRIO

Se você conseguir fazer o exercício sem dificuldade e citou pelo menos duas instituições ou escolas, das relacionadas, para cada área de deficiência, siga em frente e passe para a próxima aula.
Caso contrário, se você encontrou dificuldades para realizar a atividade, volte ao início da aula e procure prestar atenção nas diferentes áreas de deficiência e em suas instituições.

RESUMO

A situação dos deficientes ficou ainda mais difícil porque, no final do Império, vivia-se em uma sociedade em que o descaso com a educação popular era uma prática e não havia necessidade de mão de obra, uma vez que a ordem escravocrata estava assegurada. A economia agrária, com a utilização de instrumentos rudimentares para trabalho na terra, deixava a aristocracia rural em situação confortável, sem necessidade de preocupar-se com a educação.

É importante destacar que a educação dos deficientes surgiu a partir de iniciativas isoladas de familiares e de algumas pessoas que, sensibilizadas com o problema, se organizaram para desenvolver ações que pudessem beneficiar as pessoas deficientes.

A partir de 1950, houve um significativo aumento no número de instituições de ensino especializadas e, paulatinamente, a sociedade começou a valorizar o direito à escolarização das pessoas com necessidades especiais.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, você conhecerá a Educação Especial no Brasil após 1950.